

RESENHA

Onde os fracos não têm vez: a elite do atraso ou o atraso da elite

SOUZA, Jessé. *A elite do atraso: da escravidão à Lava Jato*.

Rio de Janeiro: LeYa, 2017.

Ricardo Bruno da Silva Ferreira ¹

Isabela Duarte Fernandes ²

O passado que nos domina não é a continuidade com o Portugal pré-moderno que nos legaria a corrupção só do Estado, como o culturalismo dominante até hoje entre nós nos diz. Nosso passado intocado até hoje, precisamente por seu esquecimento, é o do escravismo. Do escravismo nós herdamos o desprezo e o ódio covarde pelas classes populares, que tornariam impossível uma sociedade minimamente igualitária como a europeia (SOUZA, 2017, p. 151).

Aclamado no meio universitário e pelo campo progressista, a obra *A Elite do Atraso* do sociólogo Jessé Souza possibilita ao seu leitor uma reflexão crítica sobre os fatores que possibilitaram a realização do golpe de 2016. De linguagem acessível, a obra se orienta por uma tese razoavelmente simples, mas ao mesmo tempo criteriosa e abrangente a respeito da construção de um pacto classista cunhado ao longo do tempo em torno da panaceia patrimonialista. A própria capa do livro já fornece pistas do que se

espera nas páginas seguintes com a frase que se segue: “Um livro que analisa o pacto dos donos do poder para perpetuar uma sociedade cruel forjada na escravidão”.

Publicada em 2017, a obra do sociólogo Jessé Souza busca explicar os fatores que contribuíram para que o golpe/impeachment perpetrado contra uma presidenta democraticamente eleita se tornasse possível após anos de crescimento econômico e inclusão social. Para que o impeachment se concretizasse tornava-se necessário a construção de uma narrativa capitaneada pela grande mídia centrada no combate à corrupção e na limpeza da política. Neste sentido, a tese de Jessé Souza sustenta que este movimento só foi possível devido à criação de um pacto classista que contou com o apoio de amplos setores da sociedade brasileira, como a elite econômica, a classe média, além de envolver a manipulação da imprensa e da reiterada ação seletiva e persecutória dos procuradores da Operação Lava-Jato buscando refrear a ascensão

1 Doutor em Ciência Política pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Atualmente exerce a função de Professor de Sociologia e Filosofia da Estácio de Sá.

2 Mestre em Geografia pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Atualmente exerce a função de professora de Geografia na Secretaria de Educação do Estado do Rio de Janeiro (SEEDUC-RJ).

social da ralé.

Recorrendo a uma análise crítica no que concerne ao Pensamento Social Brasileiro, o autor argumenta que a narrativa do golpe se apoiou em certa medida no prestígio acadêmico e social alcançado pelas noções de patrimonialismo e populismo. Ou seja, para se combater o golpe (ainda em andamento) torna-se necessário a crítica contundente destas noções tão enraizadas no cotidiano da sociedade brasileira.

De acordo com Jessé Souza, a concretização do processo de *impeachment* (ou “golpeachment” como sugere o autor) não seria possível sem a construção de uma narrativa que se erigiu a partir da retórica patrimonialista. Para compreender a síndrome de vira-lata dominante no Brasil atual, Jessé Souza realiza uma revisão conceitual percorrendo uma gama de autores que explicaram sociologicamente o país, que interpretaram o atraso e o subdesenvolvimento a partir de noções simplistas como patrimonialismo, personalismo, “homem cordial” e o vulgar “jeitinho brasileiro”. Assim, o autor analisa o pensamento e a obra de alguns desses intérpretes do Brasil que construíram sua obra respondendo a três questões básicas: “Da onde viemos?”, “Quem somos?” e “Para onde vamos?”. As Ciências Sociais, particularmente a Sociologia, desempenharam uma função importante na constituição de uma visão particular sobre o Brasil que acabou sendo metamorfoseada pelo senso comum, sobretudo pela classe média, no famigerado discurso da luta contra a corrupção. Nesse sentido, a mídia exerceu um papel central na efetivação do golpe ao orientar e distorcer a realidade por meio de um noticiário cotidiano que apontava o Partido dos Trabalhadores e o ex-presidente Lula a responsabilidade quase exclusiva pela corrupção existente no Brasil.

A crítica sociológica de Jessé Souza se articula a partir da análise a respeito de duas macroexplicações do Brasil: uma focada no diagnóstico pretensamente crítico da vertente patrimonialista, cujos principais expoentes foram Sérgio Buarque de Holanda e Raimundo Faoro, e outra na problematização acerca da participação política das camadas populares com a tese do populismo.

No âmbito do Pensamento Social Brasileiro, a corrente explicativa ainda hegemônica na

atualidade é a que gravita em torno da tese patrimonialista, da suposta promiscuidade que permeia as relações entre o público e o privado no país. Nenhuma outra corrente teórica possui tamanha força explicativa para além dos limites da academia que a noção supostamente científica de patrimonialismo.

De forma secundária, outra corrente teórica importante no domínio do que Jessé Souza denominou de “pensamento sociológico vira-lata” seria o populismo, ao supor a manipulação das massas pelo líder carismático que agiria convenientemente de acordo com as suas necessidades e interesses. Esta linha explicativa acaba por reforçar um estereótipo elitista a respeito dos segmentos populares na política ao conjecturar uma suposta incapacidade na elaboração de uma consciência crítica da realidade social e por não ser devidamente esclarecida tornando-se, desta forma, presa fácil nas mãos do líder populista. Tanto a tese patrimonialista quanto a concepção populista compõem a narrativa dominante da intelectualidade brasileira em torno do culturalismo racista (SOUZA, 2017, p. 24):

Além disso, se juntamos o preconceito do suposto patrimonialismo congênito, com o Estado como lugar da elite corrupta, com a noção antipopular e preconceituosa de “populismo”, também produto de intelectuais, que diz que nosso povo é desprezível e indigno de ajuda e redenção contaminando toda a política feita em seu favor, explicamos em boa parte a miséria da população brasileira. A colonização da elite brasileira mais mesquinha sobre toda a população só foi e é ainda possível pelo uso, contra a própria população indefesa, de um racismo travestido em culturalismo que possibilita a legitimação para todo ataque contra qualquer governo popular.

No que diz respeito ao estudo do Pensamento Social no Brasil, Souza utiliza a categoria “ralé” para denominar de forma provocativa um agregado de indivíduos relegados ao abandono, à exclusão social e à invisibilidade no cotidiano. Para além das características fenotípicas presentes na identificação racial do negro africano, o termo ralé busca englobar a massa de subcidadãos que compõem parcela da força de trabalho existente

no país transmutada de “raça condenada” a “classe condenada”³.

Por outro lado, Jessé Souza já havia investigado anteriormente o grupamento social intitulado de “batalhadores” (ou melhor, a classe que vive do trabalho), cujo alcance das políticas públicas propiciadas desde o início do governo Lula, possibilitou uma melhoria considerável nas condições e na qualidade de vida da classe trabalhadora por meio do acesso ao consumo de bens duráveis e a oportunidade de ingressar em uma universidade. Em razão da sua origem, os batalhadores possuem certa defasagem cultural e civilizatória em relação à classe média; ou como diria Bourdieu, esta não se confunde com a classe média por não ser dotada em sua gênese de certo capital cultural. A peculiaridade deste estrato social da classe trabalhadora se deve a dificuldade em ascender economicamente devido à carência de capital cultural, social e simbólico. Há, neste sentido, uma defasagem em relação à classe média por não ter herdado este capital cultural dos seus antepassados.

A despeito das definições de caráter liberal e de cunho marxista acerca do conceito de classe social, Jessé Souza propôs uma nova maneira de pensar a referida categoria. A análise a respeito da dinâmica das relações de classe no Brasil priorizou o viés econômico, seja pelo lado do marxismo como do liberalismo dominante. De acordo com Jessé Souza, a redução da classe social a um fato de natureza econômica repercute de maneira negativa no entendimento da referida

categoria na reconstrução analítica e prática das classes sociais em disputa. Apesar de reconhecer a importância teórica da análise marxista, Souza amplia o sentido de classe social ao incorporar o capital cultural e social para além da rigidez de uma visão economicista baseada na posição ocupada no âmbito do modo de produção capitalista. Por outro lado, a fragilidade da teoria liberal no que se refere ao conceito de classe social se deve a hipervalorização do elemento renda⁴.

Em *A elite do atraso*, Jessé Souza critica o que chamou de culturalismo racista, forma de compreensão do Brasil iniciada com a publicação de *Casa Grande e Senzala* (1933) de Gilberto Freyre. Não obstante, essa “sociologia do brasileiro vira-lata” se consolidou com a categoria de “homem cordial” de Sérgio Buarque de Holanda (1936) e a noção de patrimonialismo proposta por Raimundo Faoro em “Os Donos do Poder” (1958). Esta concepção patrimonialista impregnou toda a esfera pública: o meio universitário, o senso comum, a imprensa escrita e a mídia televisiva, além da vida política nacional. Tanto no campo da esquerda como da direita, o argumento pretensamente científico do culturalismo racista se difundiu com pouca resistência no cotidiano da política de modo que lideranças distintas convergem até certo modo com o referido ideário. Os exemplos apresentados na obra foram os casos do ministro do Supremo Tribunal Federal Luís Roberto Barroso, o procurador da Lava-Jato Deltan Dallagnol e o ex-prefeito de São Paulo Fernando Haddad.

3 Na obra *A ralé brasileira - Quem é e como vive*, Jessé Souza define a ralé como uma “classe de indivíduos” relegada ao abandono e à exclusão social, que diferente das classes média e alta nasceu sem o “bilhete premiado” da sorte. O questionável “talento inato” das classes médias e altas lhes possibilitaram o acesso a uma série de bens de natureza material e imaterial, ou seja, a um privilégio de classe. Por sua vez, a privação de direitos básicos repercute de modo negativo em uma classe estigmatizada e sem chances de se estabelecer em uma ordem competitiva, cujos efeitos redundam muitas vezes no abandono e na delinquência. Dito de outra forma, o problema real do Brasil nada teria a ver com o patrimonialismo e o “jeitinho brasileiro”, mas com um sistema que produz e reproduz cotidianamente desigualdades na apropriação do capital cultural e econômico.

4 Sob a ótica liberal, os indivíduos são classificados de acordo com a sua renda mensal, enquanto que as condições objetivas de exploração e de produção de desigualdades são legitimadas e não entendidas como injustas. De forma oportuna, a negação de classe social possibilita uma interpretação rasteira baseada apenas no critério econômico, como ocorre quando se pensa a estratificação social a partir de uma classificação arbitrária em faixas de renda. Diante desta fórmula absurdamente simples, a discussão sobre as classes sociais é esvaziada e o indivíduo aparece de maneira isolada e em constante disputa. A negação da categoria classe social redundando na negação da própria desigualdade social e nas formas modernas de produção de injustiças. Competindo em condições de suposta igualdade pelos bens e recursos disponíveis na sociedade, o indivíduo desvinculado de sua classe de origem é visto pela lógica meritocrática como um ser isolado. Dessa forma, as condições de disputa entre as classes desaparecem para dar lugar ao indivíduo competitivo, cujo sucesso provém exclusivamente do seu esforço individual.

Interessante ressaltar que este viralatismo sociológico se apresenta como uma análise pretensamente crítica a respeito da sociedade brasileira ao apontar o Estado e a classe política como vilões, ao passo que a verdadeira “elite do atraso” passa incólume pela língua mordaz dos pseudocríticos. Nesta compreensão maniqueísta a respeito da estrutura política e social do país, a crítica se apequenou diante dos agentes do mercado, de especuladores e financistas, de sonegadores que depositam vultosas somas em paraísos fiscais. A elite do atraso (da “rapina”, “do dinheiro”) fica assim invisibilizada, da mesma forma que se encoberta a perpetuação de desigualdades e privilégios.

Dentre os conceitos contemporâneos que contribuem para construir uma representação equivocada a respeito do Brasil e dos brasileiros, o “jeitinho brasileiro” do antropólogo Roberto DaMatta angariou prestígio acadêmico e reconhecimento do grande público por supostamente revelar a forma como se estabelece as relações sociais no país. Na esteira da tese proposta por DaMatta, supõe-se que o estreitamento das relações pessoais no cotidiano como forma de aferir vantagens é uma peculiaridade do brasileiro. Em contraposição, pode-se ainda imaginar que todas as demais sociedades seriam (mais) meritocráticas e impessoais do que a sociedade brasileira⁵. Por sua vez, a vertente patrimonialista se alinhou ideologicamente a referida visão de vira-lata ao atribuir toda a corrupção ao Estado, ou seja, a herança maldita e arcaica oriunda da colonização portuguesa. Já o mercado e os seus agentes financeiros passaram incólumes pela crítica deste viralatismo sociológico. Colocado de outra maneira, a sociologia brasileira clássica analisa a realidade nacional a partir de um argumento

de cunho culturalista ao atribuir a um suposto mal de origem a responsabilidade pelo atraso do país. Desta maneira, atribui-se à colonização portuguesa a causa originária pela perpetuação da corrupção em terras brasileiras ao mesmo tempo em que se desconsidera a corrupção existente em outros países sem qualquer influência de Portugal. Não menos importante, esta vertente dominante do pensamento sociológico brasileiro ignora quase completamente o fato de que a escravidão não existia em Portugal, mas se constituiu como a forma de organização do trabalho dominante por mais de três séculos, cujas marcas ainda não foram completamente superadas na atualidade.

Desde a primeira metade do século XX, o pensamento sociológico vira-lata (também chamado pelo autor de culturalismo racista) foi se tornando a linha mestra de explicação a respeito do Brasil e dos brasileiros. A questão de pesquisa que norteia a obra de Jessé Souza versa sobre as razões que levaram ao atual quadro de crise política no país a partir do viralatismo sociológico que impregnou a esfera pública. Este processo engendrou a demonização do Estado e da política (alçada como o domínio da “corrupção” dos costumes), além de estigmatizar os pobres (e qualquer liderança popular).

Por meio da esfera pública, a identidade de um povo é construída. A consolidação de uma sociedade democrática depende em certa medida do aprendizado construído através do debate na esfera pública. No Brasil dos dias de hoje, a mídia burguesa adéqua a esfera pública aos seus desígnios e interesses classistas. Diante do vácuo deixado pela não regulamentação das concessões públicas de telecomunicações por parte do Estado, abriu-se um caminho fértil para a consolidação do monopólio midiático das Organizações Globo. A liderança televisiva

5 Não é de hoje que a corrupção aparece como um problema nacional. Ainda no século XIX, as sucessivas reformas eleitorais visavam, pelo menos em tese, combater ou reduzir a corrupção na política. No ideário coletivo, a corrupção teria encontrado na sociedade brasileira um terreno fértil para se desenvolver com relativa fluidez e flexibilidade. Mais do que isto, a corrupção veio a se constituir como um ethos do próprio brasileiro, uma marca distintiva de sua população no conjunto de suas relações sociais. A tese do “jeitinho brasileiro” se popularizou e ganhou ares acadêmicos a partir da obra do antropólogo Roberto DaMatta, conhecido por livros como *Carnavais, malandros e heróis* e *O que faz o Brasil, Brasil?*. Ao contrário dos norte-americanos, os brasileiros teriam como característica constitutiva a informalidade no tratamento cotidiano valendo-se de artimanhas para superar os obstáculos e obter algum tipo de vantagem. A universalidade das leis e o formalismo se enfraqueceriam diante da presença de relações pautadas na pessoalidade e no caráter emotivo. Difundida como verdade pela opinião pública, a tese do “jeitinho brasileiro” estabelece a falsa ideia de que os brasileiros teriam uma relação particular com a corrupção.

da Rede Globo se alinha na ordem do discurso ao projeto da elite do atraso, que busca manter o status quo dominante. Inserida no cotidiano do brasileiro, a grande mídia, especialmente a Rede Globo, conseguiu cooptar parcela da classe média através de um discurso moralizador e simplista baseado em uma versão resumida da sociologia vira-lata (as teses do patrimonialismo, do “jeitinho brasileiro” e do populismo). Nomeada por Jessé Souza de a “corrupção dos tolos”, a corrupção real passa despercebida pelos olhares da classe média, adestrada a enxergar somente a corrupção do Estado, enquanto a elite da rapina mantém os seus privilégios de classe em detrimento da maioria da população.

O descrédito das instituições no âmbito do Estado Democrático de Direito se deve em alguma medida à colonização da esfera pública pela grande mídia. A manipulação de setores da classe média pela mídia burguesa possibilitou o êxito da Operação Lava-Jato, cuja esfera de ação se baseia na seletividade de suas ações em sua cruzada contra a corrupção. O ímpeto moralista de limpeza da política, particularmente, no combate ao “lulopetismo”, atendeu às expectativas assépticas de setores da classe média.

Por detrás da corrupção dos tolos, a verdadeira corrupção é invisibilizada ao se deslocar a atenção para a corrupção que atinge a esfera estatal concentrando o debate em torno do patrimonialismo. No entanto, a verdadeira pilhagem das riquezas nacionais com o conseqüente enfraquecimento da soberania deriva da ação especulativa capitaneada pelo capitalismo financeiro internacional. O êxito da obra de Jessé Souza consiste em pensar a crise política que a assola o Brasil a partir da crítica ao pensamento sociológico vira-lata que adentrou todas as esferas da nossa vida social deixando em segundo plano a igualdade social como princípio basilar para a consolidação da democracia.

Na verdade, toda uma linhagem de intelectuais do passado e do presente pensa o Brasil a partir da chave patrimonialista atribuindo ao passado

colonial de matriz ibérica à responsabilidade pelo subdesenvolvimento, ou seja, a fonte de todos os males nacionais.

É bem verdade que o Brasil herda de Portugal, ainda que de forma adaptada e plástica, uma série de características do seu modelo político e institucional. Todavia, no que se refere à estrutura social, o atraso brasileiro não adveio da suposta herança maldita deixada por Portugal, do patrimonialismo que remonta aos tempos da dinastia de Avis (1385-1581), da centralização político-administrativa que sufocava o livre desenvolvimento das províncias⁶.

Constituiu-se um exagero supor que os males do presente têm origem na herança portuguesa no Brasil, notadamente, no patrimonialismo originado nos longínquos anos da dinastia de Avis. Ao se privilegiar o enfoque sobre o patrimonialismo se deixa de lado o Brasil real e os seus verdadeiros problemas, como a desigualdade social que atinge cotidianamente milhões de subcidadãos que receberam do autor a alcunha de “ralé brasileira”. Assim sendo, não foi o patrimonialismo de origem lusitana o responsável por imprimir a sua marca negativa no Brasil, mas, acima de tudo, a escravidão. As permanências da escravidão deixaram marcas profundas na sociedade brasileira e as suas mazelas ainda se fazem presentes na atualidade.

Referências Bibliográficas:

BASTOS, Aureliano Cândido Tavares. *A Província: estudo sobre a descentralização no Brasil*; apresentação de Arthur Cezar Ferreira Reis. 3ª ed. São Paulo; Ed. Nacional, 1975.

DAMATTA, Roberto. *O que faz do Brasil, Brasil?*. Rio de Janeiro: Rocco, 1991.

_____. *Carnavais, malandros e heróis*. Para uma Sociologia do Dilema Brasileiro. Rio de Janeiro: Rocco, 1998.

6 Em 1870, o deputado alagoano Tavares Bastos (1839-1875) publicou a obra *A Província*, que se notabilizou pela crítica à centralização política e administrativa imposta pelo regime monárquico e pela defesa de uma série de reformas liberalizantes, como a criação de uma federação e de uma maior autonomia para as províncias do Império. Desde a sua publicação, a obra obteve uma considerável repercussão nos círculos políticos e intelectuais, além de ter sido acolhida com entusiasmo pela imprensa da época.

FAORO, Raymundo. *Os Donos do Poder: formação do patronato político brasileiro*. 3ªed. rev. – São Paulo: Globo, 2001.

FERNANDES, Florestan. *A integração do negro na sociedade de classes*. São Paulo: Dominus/Edusp, 1965.

FREYRE, Gilberto. *Casa-Grande & senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal*. Apresentação de Fernando Henrique Cardoso. – 51ª Ed. rev. – São Paulo: Global, 2006.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. – 26ª ed. – São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

SOUZA, Jessé. *A ralé brasileira: quem é e como vive*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2009.

_____. *A elite do atraso: da escravidão à Lava Jato*. Rio de Janeiro: Leya, 2017.